



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000470332

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 3001499-10.2013.8.26.0358, da Comarca de Mirassol, em que são apelantes L. (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e R.C.G.M.D.P. (E POR SEUS FILHOS), é apelado PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOSÉ LUIZ GERMANO (Presidente) e OSVALDO DE OLIVEIRA.

São Paulo, 5 de julho de 2016.

Edson Ferreira
relator
Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 25534

APELAÇÃO nº 3001499-10.2013.8.26.0358

COMARCA: MIRASSOL

APELANTES: L. L. D. P. E R. C. G. M. D.P.

APELADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

DANO MORAL. Criança de seis anos de idade, deficiente auditiva, posta de castigo pela professora, para comer no chão, separada das outras crianças. Criança de comportamento agressivo e difícil. As crianças não tem responsabilidade legal pelos seus atos, mas a tem os adultos que devem cuidar delas. Compreendem-se as dificuldades da professora, com várias crianças para ensinar, em lidar com esse tipo de situação. Cabia, no entanto, à unidade escolar, que tinha conhecimento do problema, dar-lhe encaminhamento adequado, com orientação psicológica e psicopedagógica, juntamente com os pais. Falhou, portanto, a professora, por falta de preparo ou de suporte adequado e, sobretudo, o estabelecimento de ensino. O constrangimento a que a criança foi exposta é passível de indenização a título de dano moral, tanto que passou a se recusar a ir para a escola, com medo da professora. Indenização que é fixada em cinco mil reais, considerando as circunstâncias do fato e que o trauma está sendo superado de forma satisfatória, depois da transferência para outra escola. Responsabilidade do Município. Despesas do processo a cargo do réu. Súmula 326



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

do Superior Tribunal de Justiça. Honorários advocatícios que são fixados em dez por cento do valor da condenação. Recurso parcialmente provido.

A sentença, proferida em 19 de novembro de 2014, pelo eminente juiz, Doutor Marcelo Haggi Andreotti, julgou improcedente demanda de indenização por danos morais, em favor de criança agredida por professora, que o segurou pelo braço e o fez comer no chão, separado dos outros alunos, tendo fixado honorários advocatícios em três mil e quinhentos reais, observado o benefício da gratuidade (fls. 146/148).

Apela o autor pela inversão do resultado, alegando ser deficiente auditivo; que cursava o primeiro ano do ensino fundamental; que teve de ser transferido para outra escola em razão do acontecido, porque não aceitava mais ir para a escola; que castigos físicos ou psicológicos podem vir a causar dor, vergonha, trauma e isolamento em quem os recebe; que não se pode usar de castigo físico e psicológico como medida disciplinadora.

Ainda, que o ato foi violento e desrespeitoso à criança; que a professora confessou ter falhado na abordagem educacional; que houve negligência pela omissão ou inobservância do dever em realizar determinado procedimento com as precauções necessárias.

Respondido o recurso, a douta Procuradoria Geral de Justiça se manifestou pelo parcial provimento (fls. 196/197).

É o relatório.

Segundo a petição inicial, em março de 2013 a professora do autor, de forma agressiva, segurou-o pelo braço e o colocou para comer no chão, como castigo por ter quebrado, com um chute, a vasilha de um colega de sala; que se negava a ir para a escola, com medo das agressões da professora, sendo necessária a transferência para outra escola; que é deficiente auditivo neurosensorial bilateral (CID-H90.3), demandando por isso tratamento especial; que foi exposto ao ridículo e desmoralizado no seu âmbito escolar, por despreparo da educadora, que tem o dever de proteger todos os que estão sob seus cuidados de qualquer constrangimento.

Postulou indenização por danos morais, no montante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de cem salários mínimos, alegando a responsabilidade do Município, devido à omissão de seus agentes na prevenção do fato danoso provocador do abalo psíquico experimentado pelo autor.

Em sindicância aberta contra a professora, a genitora do menor declarou que ele foi posto para comer na rampa da escola, no chão, onde passam pessoas constantemente, separado dos demais alunos; que o castigo foi aplicado por vários dias; que seu filho sempre dizia que a professora era brava; que este tipo de castigo é costumeiro na escola e que a professora lhe respondeu que essa era a sua forma de trabalhar, e que agiu de forma correta; que o pedido de transferência partiu do Conselho Tutelar; que houve melhora, com a transferência, em noventa por cento; que o seu desenvolvimento tem sido excelente (fls. 24/26).

O Conselho Tutelar postulou a transferência do aluno, constando do pedido que a educadora alegou que a escola não tem mediadores para auxiliar no trabalho com crianças especiais, por isso assume dupla função, o que foi atendido pelo Departamento Municipal de Educação (fls. 60/61).

Consta do “Relatório Inicial 1º ano B”, datado de 01-03-2013, redigido pela professora O. T. R. D., a classificação do aluno L. L. D. P., apelante, como uma criança muito impulsiva; que “a mãe do L. sempre pergunta pelo comportamento do filho no portão, mas reclama que está cansada de ouvir reclamações sobre o mesmo, que foi assim o ano passado inteirinho e ninguém fez nada e este ano ela já estava com vontade de pegar a professora anterior e a mim pelo cangote. Desaforo este que a própria vice-diretora me confirmou dias depois” (fls. 64).

Consta também no relato da professora que L. era agressivo com as outras crianças, seus colegas de classe, tendo derrubado e chutado uma colega, que ficou sem conseguir apoiar o pé no chão. Disse que tinha combinado com a mãe do menor que iria dar o castigo a ele (fls. 65/66):

(...) Neste momento perguntou-me se não poderia deixá-lo “de pensamento aqui em cima durante o recreio”. Combinamos então que ela explicaria para ele o motivo do recreio separado dos colegas no dia seguinte e que aguardaríamos então se a atitude por nós tomada mudaria as ações da criança durante o recreio. A mãe falou para a criança na minha frente e da vice diretora que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

no outro dia ele ficaria sem recreio para aprender a não fazer mais isso. No dia seguinte, após o combinado, a criança não compareceu (faltou). No dia seguinte a criança compareceu, porém muito agitado, tendo atitudes para comigo e os colegas que até então não havia tido em sala de aula. Falei com ele, levei-o até a coordenadora e disse na frente dela que se ele não mudasse suas atitudes eu cumpriria a promessa que a própria mãe havia autorizado, e ele ficaria separado dos colegas durante o recreio. Voltei para a classe, falei com ele novamente e o mesmo deu com os ombros como se não ligasse continuando a provocar os colegas e a mim.

A mãe confirma que combinou o castigo com a professora, mas não da forma como ele foi aplicado.

A assessora de diretor de unidade escolar declarou que a mãe concordou prontamente em deixar o menor sem recreio, e que a criança tem um comportamento difícil, é deficiente auditivo; que no dia em que a mãe compareceu na escola, presenciou a criança de castigo, comendo no chão, como é o procedimento da escola, também que as crianças sentam constantemente no chão, estando acostumadas naturalmente com a situação (fls. 100).

A sindicância instaurada contra a professora foi arquivada, com a sugestão de que o órgão competente tome providências junto a escola para que a prática de colocar crianças sentadas no chão para fazer a refeição da merenda durante o período de recreio, caso seja necessário suprimir a participação no recreio coletivo, seja extinta.

Criança de seis anos de idade, deficiente auditiva, com comportamento agressivo e difícil, porém o castigo aplicado a expôs a situação de constrangimento e desmoralização no ambiente escolar.

As crianças não são legalmente responsáveis pelos seus atos, mas o são os adultos que delas têm de cuidar.

Compreendem-se as dificuldades da professora, com várias crianças sob a sua responsabilidade, tendo que ensiná-las todas, em lidar com esse tipo de situação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cabia, no entanto, à unidade escolar, que tinha conhecimento do problema, dar-lhe encaminhamento adequado, com orientação psicológica e psicopedagógica, juntamente com os pais.

Falhou, portanto, a professora, por falta de preparo ou de suporte adequado e, sobretudo, o estabelecimento de ensino.

O constrangimento a que a criança foi exposta é passível de indenização a título de dano moral, tanto que passou a se recusar a ir para a escola, com medo da professora.

5

Considerando as circunstâncias do fato e que o trauma está sendo superado, tendo dito a genitora que, na nova escola, o desenvolvimento de seu filho tem sido excelente, entendo de fixar o valor da indenização em cinco mil reais, com correção monetária a partir deste julgamento e juros de mora desde a data do fato.

Como a modulação dos efeitos nas ADI 4357 e 4425, em 25 de março de 2015, se restringiu aos precatórios, remanesce sem modulação o reconhecimento da inconstitucionalidade do uso da taxa referencial ou dos rendimentos das cadernetas de poupança como fator de correção monetária, pela razão simples de que não refletem a desvalorização da moeda que a correção monetária objetiva recompor, sendo por isso adotada a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, com os efeitos do artigo 543-C, do CPC, de correção monetária com base no IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período e juros de mora com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, segundo a redação que a Lei 11960/2009 conferiu ao artigo 1º-F da Lei 9494/1997 (REsp nº 1.270.439 - PR, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção do STJ, votação unânime, com os efeitos do artigo 543-C do CPC, sistemática dos recursos repetitivos, j. 26-06-2013, DJe 02-08-2013).

Portanto, para julgar parcialmente procedente a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

demanda, nos termos do exposto, com inversão dos ônus da sucumbência, segundo a orientação fixada pela Súmula 326 do Superior Tribunal de Justiça, e fixação de honorários advocatícios, por equidade, em dez por cento do valor da condenação, segundo a regra e critérios do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973, **DÁ-SE** parcial provimento ao recurso.

EDSON FERREIRA
RELATOR
Assinatura Eletrônica